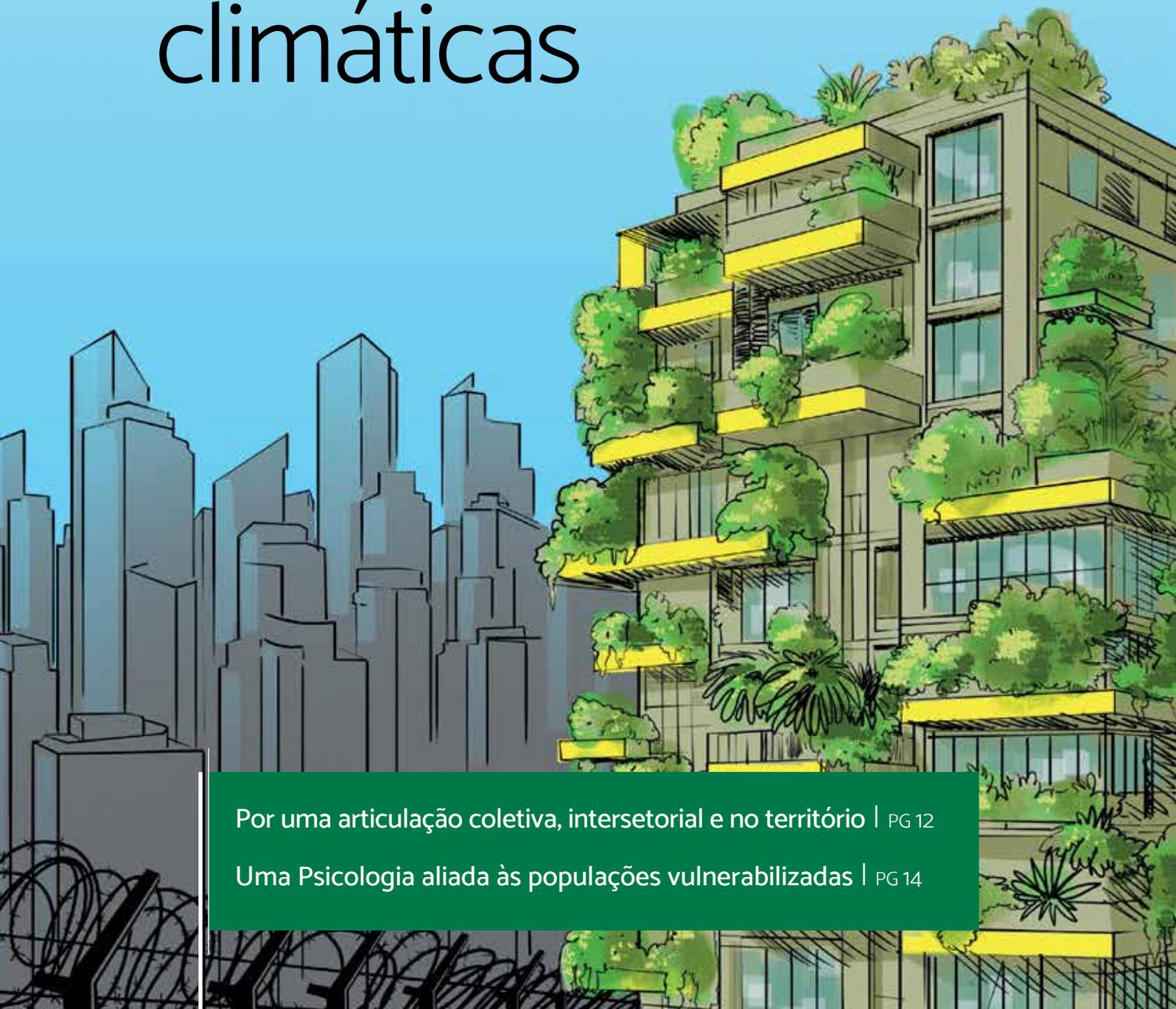


A Psicologia e as emergências climáticas

Por uma articulação coletiva, intersetorial e no território | PG 12

Uma Psicologia aliada às populações vulnerabilizadas | PG 14



O céu começa a fechar, o azul dá lugar a nuvens muito cinzas ditas carregadas de muita água, o sol que se mostrava, agora está escondido por detrás das nuvens, ventos uivam pelas frestas, os trovões rugem nos ouvidos e marcam os espaços com seus flashes. A cena pode ser, para alguns, felicidade, a estiagem dando lugar à cheia, para outros, medo e tensão. A chuva começa a cair, e enche cada mínimo espaço com a água que quando não consegue escorrer mais para o solo procura por onde fluir e, se não flui, empoça e inunda. O solo encharcado já não se sustenta e desmorona. O céu parece estar caindo sobre nós.

No nosso tempo contemporâneo continuamos atualizando os mecanismos e modos de explorar a Terra, retiramos de forma desenfreada as matérias-primas para seguir no fluxo do que é chamado de desenvolvimento e de progresso. Fechamos nossos olhos para o imperialismo e colonialismo que dão vida a este maquinário devastador. Naturalizamos este modo de habitar n'A Terra, como se houvesse outra Terra para existir se esta acabar.

Walter Benjamin já nos avisava do quanto ao olharmos para o progresso damos as costas a toda destruição, morte e ruínas deixadas para trás. Davi Kopenawa nos alerta para o que fazemos com o planeta, o extrativismo desenfreado, a exploração e a predação da Terra e dos recursos que ela nos oferece para vivermos. Enquanto quilombolas, indígenas e povos originários vivem e sobrevivem junto com a terra/Terra, nós, geralmente brancas/os-urbanizadas/os, não conseguimos aprender e inventar formas de habitar saudáveis e de cuidado com a nossa terra/Terra. Não nos damos conta de que o céu está caindo e ainda criamos

políticas de morte para as populações que estão “segurando o céu”.

Neste ano, passamos por situações de catástrofes, por conta das chuvas, em muitos territórios do Rio Grande do Sul. Cidades foram destruídas por causa das inundações e desmoronamentos, fazendo populações perderem seus lares, trabalhos e familiares. Frente a este acontecimento e ao contexto de emergência, a Psicologia foi acionada.

Somos demandadas/os a trabalhar dentro do campo da Psicologia das emergências e desastres, no sentido de acolher, ouvir e acompanhar esses sujeitos na reconstrução de suas vidas. Não que tenhamos respostas certas, fórmulas e jeitos de fazer, mas podemos acompanhar, refletir sobre o acontecimento e produzir saúde e cuidado, nem que seja mínimo, potencializando a vida dos sujeitos, grupos e /ou comunidades que agora são atravessados por esta tragédia.

Precisamos pensar as configurações das cidades, as interseccionalidades e os grupos sociais que geralmente são mais atingidos pelos desastres. Territórios que diariamente passam por essas situações, mas que são invisibilizados por serem compostos por corpos que são ilutáveis. Como podemos nos implicar para segurar esse céu, abrir mão do “progresso” desenfreado e produzirmos um bem-viver com a Terra e com os múltiplos corpos? Que esta edição da revista *Entrelinhas* possa nos levar a respostas e novos caminhos possíveis.

Luis Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246

*Conselheiro do CRPRS e integrante da Comissão Editorial da **Entrelinhas***

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do RS

Comissão editorial: Jean Von Hohendorff, Luis Henrique da Silva Souza, Marina Medeiros Pombo, Rafael Antônio Carneiro e Silvana Maia Borges

Coordenador de Comunicação: Tomas Edson Silveira (MTb 16.333)

Jornalista Responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Estagiária de jornalismo: Giulia Victória

Edição digital, editoração

eletrônica e projeto gráfico:

Moglia Comunicação Empresarial

Ilustrações: Canhotorium

Impressão: Escala Indústria Gráfica

Tiragem: 3.200 exemplares

Distribuição gratuita

 crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

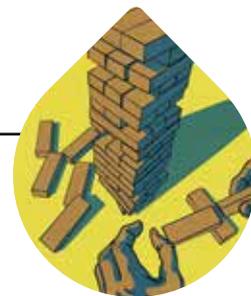
 [@conselhopsicologiar](https://instagram.com/conselhopsicologiar)

Comentários e sugestões:

 imprensa@crprs.org.br

Relato de experiência 4

Por uma Psicologia sensibilizada às demandas advindas das situações de emergências e desastres climáticos



Fique atenta/o 6

Reportagem especial 7

A Psicologia e as emergências climáticas



Reflexões 12

A atuação da/o psicóloga/o em situações de risco e os entrecruzamentos nas relações étnico-raciais, de classe e de gênero

Perspectiva 14

Por uma articulação coletiva, intersetorial e no território



Psicologia e pesquisa 18

Para além de imaginários apocalípticos: a Psicologia frente à emergência climática

Dicas culturais 20

Observatório de Direitos Humanos 23

Uma Psicologia aliada às populações vulnerabilizadas



Orientação técnica 24

A prestação de serviços de Psicologia por Pessoa Jurídica

CREPOP 26

Atuação na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres



Agenda da Psicologia 27

Por uma Psicologia sensibilizada às demandas advindas das situações de emergências e desastres climáticos

Luciana Barcellos Fossi | CRP 07/14667

Conselheira do CRPRS, servidora da Prefeitura de Dois Irmãos

Na madrugada de 16/06/2023 parte do estado do Rio Grande do Sul foi assolada por um ciclone. E não imaginava que a noite mal dormida devido aos ventos e fortes chuvas daria sequência a semanas de trabalho acolhendo vítimas desse ciclone. Vez ou outra alguma forte chuva trouxe situações pontuais de estragos no município de Dois Irmãos, mas não havia na cidade, até então, registro de enchentes da magnitude do dia 16.



“A escuta de pessoas vítimas de emergências e calamidades prescinde da premissa de que a dimensão da perda é subjetiva, que emocionalmente há uma fratura, um vazio pelo que se perdeu, do ponto de vista simbólico.”

Logo ao amanhecer, recebi inúmeras mensagens de amigas/os, colegas de trabalho, psicólogas/os da rede privada em busca de uma mobilização para atender às vítimas da enchente resultante da passagem do ciclone. Rapidamente, pessoas da sociedade civil se organizaram, mobilizando um ginásio e voluntariado para receber, organizar e distribuir doações. Servidoras/servidores do município da área da saúde e da assistência social também estavam integradas/os a esta ação imediata.

No transcorrer da tarde do dia 16, as vítimas da enchente começaram a chegar ao ginásio em busca de auxílio. Alguns rostos conhecidos, de pessoas que já eram usuárias do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) onde atuo, estavam entre os que ali chegavam, cobertas de barro, molhadas, incrédulas com a situação em que se encontravam. Escutei atentamente ao relato de cada pessoa. Desde o instante em que a água começou a entrar, depois a tentativa de salvar móveis e eletrodomésticos, até o desespero total de ver tudo indo, literalmente, “água abaixo”: bens materiais, memórias afetivas e a sensação de segurança que se tem nisso que representamos como “lar”.

Essa escuta imediata, que pode ser considerada como primeiros cuidados psicológicos, deve, primordialmente, escapar de todo e qualquer clichê que possa ser dito para alguém que tem algum dano material: “Vai passar, tu compras de novo, isso se reconstrói”. A escuta de pessoas vítimas de emergências e calamidades prescinde da premissa de que a dimensão da perda é subjetiva, que emocionalmente há uma fratura, um vazio pelo que se perdeu, do ponto de vista simbólico. Esse é o primeiro aspecto que fundamenta a necessidade do preparo de equipes de saúde para situações como esta. Reduzir ou até mesmo calar a dor de quem passou pela experiência de se sentir absolutamente vulnerável às intempéries climáticas e que conseguiu salvar apenas a própria pele é atuar na contramão da demanda psicológica das vítimas.

O ano de 2023, definitivamente, trouxe para a Psicologia e para o Poder Público a discussão sobre

emergências e calamidades, já que tivemos índices trágicos de ciclones e enchentes e, portanto, um recorde de vítimas em nosso Estado. Por óbvio, essas situações mobilizam a atuação da sociedade civil, que voluntariamente se organiza, mas, dadas as proporções e recorrência de tragédias climáticas, as políticas públicas precisam ser repensadas, considerando essa demanda que infelizmente se apresenta.

No contexto da atenção psicossocial, o cuidado às vítimas de calamidades deve levar em consideração as vulnerabilidades envolvidas. Em Dois Irmãos, avaliou-se que o melhor local de intervenção e escuta seria o próprio local das residências atingidas, já que as vítimas não conseguiam deixar suas casas, com a esperança de encontrar ou salvar algum objeto importante, de retomar o cotidiano e sua tranquilidade. Assim sendo, este contexto do cuidado em saúde mental tem um potencial desinstitucionalizante das práticas convencionais dos CAPS. O cuidado no território, abordagens coletivas com familiares e vizinhança e a garantia do acesso desburocratizado aos serviços são necessárias após a desmobilização da sociedade civil. Muitas vítimas relataram que após três ou quatro semanas se sentiram “abandonadas”. É preciso ter a noção de que as dificuldades de quem perde sua casa e seus bens materiais duram muito tempo, que há uma necessidade de continuidade e processualidade do acompanhamento dessas famílias.

Portanto, é inegável que as práticas da Psicologia no contexto das políticas públicas devem se sensibilizar às demandas advindas das situações de emergências e desastres, a fim de prevenir situações de agravamento das condições sociais e de sofrimento psíquico das/os afetadas/os por catástrofes. Por último, cabe salientar que as ações iniciais promovidas por voluntárias/os são de extrema importância, mas que cabe ao Poder Público garantir a continuidade das ações de atenção e cuidado para com a população, bem como uma efetiva integração de atores das políticas públicas de saúde e assistência social com a defesa civil, na organização dos fluxos e ações.

Fique atenta/o

Estudar Psicologia é estudar...

O CRPRS, por meio da Comissão de Formação (CoFor), lançou, recentemente, a campanha 'Estudar Psicologia é estudar...', que tem como objetivo abordar temas sensíveis à sociedade e que atravessam as práticas das/os psicólogas/os nos mais variados contextos.

Serão realizadas publicações mensais nas redes sociais com informações e reflexões sobre a importância de estudar determinados assuntos. Os textos,



produzidos por integrantes de todas as comissões temáticas do CRPRS, destacam a importância de estudar temas como ética, educação, políticas públicas, sexualidade, relações étnico-raciais, gênero, capacitismo, laicidade, gordofobia, descentralidade, entre outros.

Saiba mais em crprs.org.br/estudarpsicologia

Anuidade 2024

Psicólogas/os com registro ativo no CRPRS receberão, a partir de 15/01/2024, exclusivamente por e-mail, o boleto para pagamento da Anuidade 2024. A partir dessa data, o boleto também poderá ser gerado diretamente no site do CRPRS. Como a anuidade não será enviada de forma impressa, pelos Correios, é importante estar com dados de cadastro atualizados e verificar a caixa de spam do e-mail.

Saiba mais:

- Pagamentos realizados até 31/01/2024 terão 15% de desconto.

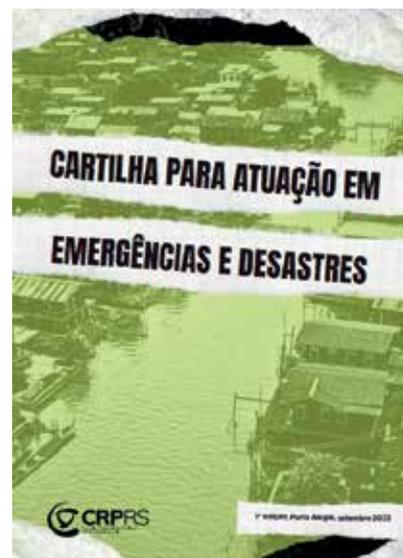
Dúvidas? Entre em contato com o CRPRS pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br ou pelo telefone (051) 3334 6799, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

GT Emergências e Desastres

Em setembro, diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o CRPRS criou o Grupo de Trabalho Emergências e Desastres, com o objetivo de abraçar discussões relacionadas a essa temática e organizar demandas necessárias de suporte a profissionais atuantes nas regiões afetadas.

Em 16/09/2023 o GT promoveu o primeiro webinar, 'A Psicologia em Emergências e Desastres: orientações básicas'. A gravação pode ser assistida em youtube.com/crprs. O encontro marcou o lançamento da Cartilha para atuação em Emergências e Desastres, produzida pelo Conselho e disponível em crprs.org.br/publicacoes.

Novas iniciativas de orientação e formação deverão ser realizadas em breve. Fique atenta/o e participe!



A Psicologia e as emergências climáticas

Enchentes, secas, queimadas, calor extremo e suas consequências são exemplos de emergências climáticas com as quais a sociedade irá conviver, cada vez mais, nos próximos anos. A Psicologia das Emergências e Desastres, área relativamente nova, é convocada a refletir sobre esses cenários e de que forma afetam a saúde mental, principalmente das populações mais vulnerabilizadas econômica e socialmente, dentre outros cruzamentos, como etnia, raça, classe e gênero.



A psicóloga **Jessica Gomes Santiago** (CRP 07/28847), mulher preta, de axé, especialista em Saúde Pública pela ESP/RS e mestranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, que atua na Política da Assistência Social, no Serviço Especializado em Abordagem Social (Ação Rua), na região do Arquipélago em Porto Alegre, fala sobre o papel da Psicologia nesse contexto. “Profissionais da Psicologia, no âmbito da Política da Assistência Social e na perspectiva de atuação multiprofissional, têm a escuta como principal ferramenta de acolhimento nesses contextos, compreendendo os diversos fatores que contribuem em um quadro de intensa fragilidade emocional, acentuados ou ocasionados por eventos climáticos, em que em algumas situações resultam no falecimento de algum familiar e/ou pessoas próximas e na perda total ou parcial de bens materiais. É importante ressaltar que não é realizado atendimento clínico, mas os atendimentos/acompanhamentos às famílias não se desprendem de intervenções que também têm caráter terapêutico. Nesse sentido, é necessário à ao profissional da Psicologia realizar o acolhimento e os devidos encaminhamentos que colaborem para a proteção biopsicossocial dos sujeitos,



corresponsabilizando-se junto aos demais dispositivos da Rede Socioassistencial e da Saúde, assegurando o acesso a programas e serviços que auxiliem em seu fortalecimento enquanto sujeito e, principalmente, no que se refere à garantia de direitos”, explica.

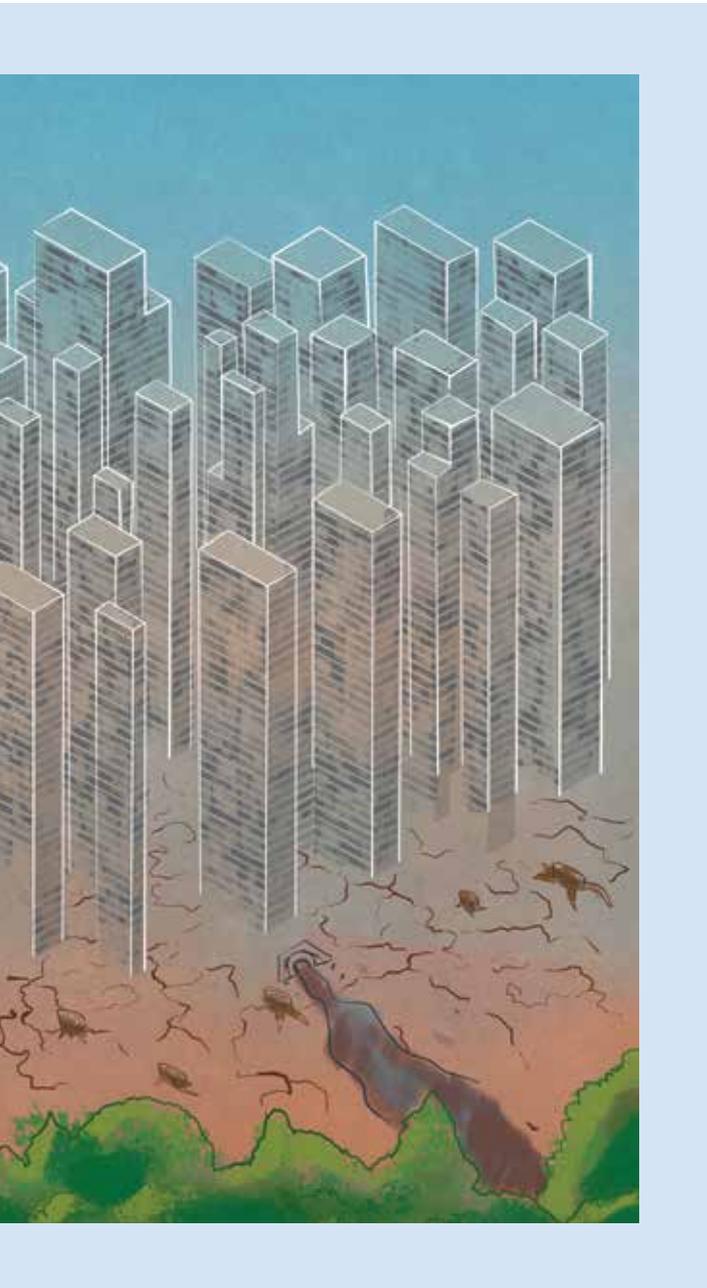
Jéssica cita a importância do trabalho multidisciplinar diante de situações de alagamentos, como as vivenciadas recentemente pela população da Região das Ilhas em Porto Alegre. “A atuação da Defesa Civil, do CRAS e outros serviços situados no interior das Ilhas facilitou o acesso de moradoras/es para atendimentos socioassistenciais e de saúde, assim como a mobilização de lideranças comunitárias e movimento de quem mora nas Ilhas, de forma protetiva à população atingida pelas enchentes.

Nos encontramos em articulação e mediação constante tanto com os demais equipamentos da ponta e outras instâncias institucionais da Política da Assistência, para a continuidade no acesso à garantia de direitos das populações atendidas, que ainda sofrem com as consequências desses constantes eventos climáticos que foram devastadores em alguns territórios, geográficos e psíquicos.”



Bernardo Dolabella (CRP 04/35566), doutorando em Saúde Coletiva pela Fiocruz-MG, mestre em Psicologia pela UFMG, pesquisador de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Desastres e Emergências em Saúde Pública, membro do Observatório Mineração, Desastres & Saúde – Fiocruz e da Comissão de Psicologia Orientativa de Emergências e Desastres do CRP de Minas Gerais, ressalta a necessária preparação da Psicologia para atuar diante de cenários de emergências e desastres. “A primeira etapa seria investir em uma ampla formação da categoria, sendo necessário inserir disciplinas nas grades curriculares dos cursos de Psicologia. Isso permitiria

que o tópico fosse apresentado de maneira aprofundada e com tempo suficiente para o conhecimento ser absorvido, muito diferente do que vemos atualmente quando ocorre um desastre. Durante a fase de resposta (diante de uma emergência já estabelecida), o que geralmente é possível, são formações rápidas para as pessoas que já estão em campo. Importante ressaltar que, mesmo que a/o profissional não tenha um interesse prévio no tema, existem algumas situações em que não há a opção de não se envolver. Profissionais de Psicologia que residem e atuam em cidades atingidas por eventos climáticos extremos muitas vezes não têm como não se



envolver na resposta e no atendimento à população. Após a etapa de formação, o caminho segue para a inserção das/os profissionais nas políticas públicas, em funções que atuem nas fases de gestão de risco, ou seja, antes do evento crítico. Isso corresponderia, por exemplo, a profissionais de Psicologia vinculados/as à Defesa Civil e participando do planejamento das ações de prevenção, mitigação e preparação, ou mesmo nas políticas públicas da saúde e assistência social, com participação na construção dos planos de contingência e de ação para possíveis situações de desastres. Atualmente a Psicologia é convocada a atuar principalmente na fase da resposta

e precisamos começar a atuar nas fases anteriores, preventivas e preparatórias, para diminuirmos o impacto inicial de um desastre, como também para melhorarmos a eficiência e capacidade de responder ao evento.”

Bernardo acredita que, para essa construção e organização das políticas públicas, é fundamental considerar características do território, pensando em alternativas que preservem o espaço e as informações das pessoas atendidas pelo serviço, e trabalhar na organização das equipes para se adaptarem diante de qualquer cenário de desastre. “Uma política pública precisa estar no território, próxima à população que é atendida, mas se essa estrutura for atingida por um desastre e se tornar inoperante, uma parte considerável da capacidade de resposta é perdida. Então, é necessário pensar em como organizar o serviço dentro de um território exposto a desastres, de forma que ele se mantenha pelo menos parcialmente funcional durante a fase de resposta. Além do serviço possuir dados importantes sobre a população do local, ele também é uma referência para a população e, provavelmente, serão nesses serviços que buscará ajuda e orientação. Outra questão complexa a ser pensada para toda e qualquer política pública diz respeito à prevenção. Por mais que nosso trabalho tenha como foco a prevenção do desastre, sua ocorrência é imprevisível. Mesmo que tenhamos a informação de que as chuvas de final de ano geralmente provocam inundações significativas, nós não sabemos nem onde nem de que forma elas irão ocorrer, e se isso acontece até em um evento que é de certa maneira previsível, a situação fica muito mais complexa quando pensamos em fenômenos mais raros ou impossíveis de prever. É impossível implementarmos um serviço que esteja preparado para lidar com todas as possibilidades de cenários e ainda ter que lidar com sua carga de trabalho normal. O que tem sido proposto, em alguns países, é que diante da incapacidade de prevenir a ocorrência do desastre e preparar as equipes para lidar com um cenário específico, que a equipe seja capacitada não com foco nos cenários, mas de maneira a avaliar e se adaptar rapidamente ao cenário, ações e qualificações com foco em análise de risco, comunicação, engajamento comunitário e planejamento, para citar alguns. É um processo muito mais complexo do que estamos acostumados no Brasil, mas que tem apresentado resultados interessantes em outras partes do mundo. Seria bem significativo ver essa implementação nas políticas públicas brasileiras.”

O psicólogo **Marcelo Moreira Cezar** (CRP 07/21158), mestre em Psicologia Social pela PUCRS, doutor em *Persona i Societat en el Món Contemporani* pela Universitat Autònoma de Barcelona e professor na UFN, trabalha com pesquisas no âmbito de práticas sociais e processos rurais. Ele destaca a importância de se pensar a saúde mental para além do contexto urbano, especialmente quando pensamos nas emergências climáticas.

“Historicamente nós temos um fazer psicológico voltado aos grandes centros urbanos, às realidades urbanas. Precisamos pensar nos modos de vida das pessoas fora desses contextos, especialmente para as que vivem em áreas rurais, uma vez que os sujeitos que vivem ali têm características diferentes envolvendo questões econômicas, da relação própria com o meio ambiente, com a terra e com as tecnologias, e o acesso aos serviços será distinto. Temos o SUS, que é amplo e universal, mas as pessoas do meio rural geralmente precisam se deslocar até os serviços em centros urbanos, há uma questão de mobilidade e de acesso que precisa ser considerada. Nisso, é importante que a Psicologia vá até esses sujeitos e pense na saúde mental fora do contexto urbano e das aglomerações.”

Marcelo explica que temos no Brasil uma “nova ruralidade”, um movimento em que as pessoas estão saindo das áreas urbanas em busca de outros modos de vida. “As pessoas estão indo para as áreas rurais, buscando aluguéis de cabanas por temporadas, por exemplo, procurando novas formas de se relacionar com a terra, ou seja, estão explorando a área rural como um elemento econômico de refúgio, saem da cidade como um processo de autocuidado. Nesse sentido, as emergências climáticas irão afetar a saúde mental de todas as populações, atingindo o/a trabalhadora/o rural ou agrícola e essas pessoas que estão consumindo esse espaço de ruralidade.”

Por uma saúde mental na perspectiva de cada território

Um relato do Núcleo Bem-Viver Indígena: Psicologias Indígenas e Corpos Territórios do CRPRS

Davi Kopenawa, no livro ‘A queda do céu’ (2010), profere que o céu vai cair sobre a nossa cabeça. Mas, afinal, o que Kopenawa quer nos fazer refletir? Essa liderança nos alerta para cuidarmos do planeta e não apenas nós, povos indígenas, mas todas as pessoas. Isso porque as emergências climáticas e os desastres nos provocam diariamente insegurança e inquietações, trazendo a certeza do quão expostos estamos diante de ameaças, sejam elas provenientes de fenômenos naturais, ou melhor dizendo, não tão naturais (terremotos, chuvas torrenciais, estiagens), assim como avanços tecnológicos (vazamentos em usinas nucleares, acidentes no transporte de produtos químicos).

As florestas vêm sendo destruídas, a água poluída e os animais sendo mortos, o meio ambiente adoecendo dia após dia. Nos convencemos de que, na realidade, não estamos indefesos frente às ameaças, mas sim, nós mesmos nos vulnerabilizamos, enquanto os kujá e kofás de dentro das comunidades indígenas vêm avisando sobre um colapso da terra. É um ultimato, o presságio de que o céu vai cair se faz mais do que necessário para abirmos os olhos. Se continuarmos extraindo até a última gota de recursos naturais do nosso planeta, não existirá mais vida na terra, as fontes de alimento e água pura se esgotarão.

‘Ideias para adiar o fim do mundo’, ‘O amanhã não está à venda’ e ‘Futuro ancestral’ nos trazem um pouco da história do impacto brutal dentro de territórios indígenas que vêm sendo dizimados há mais de 523 anos. A humanidade está cada vez mais se acomodando e isso causa um intenso deslocamento entre a mãe Terra e civilização “moderna” e cosmopercepção.



Indígenas de várias etnias têm se inserido no mercado de trabalho, em especial na Psicologia, somando-se na luta por uma saúde mental na perspectiva de cada território. A ampliação da atuação da Psicologia das Emergências e Desastres ocorreu a partir da parceria com a Defesa Civil, que hoje vem se somando com equipes multidisciplinares na busca de trabalhar e fortalecer sobre o denominado estresse pós-traumático.

É necessário que a Psicologia aprofunde suas especificidades, expandindo o conhecimento sobre o tema emergências climáticas, tornando esse um campo de estudo, para colaborar com eventos adversos de desastres e emergências. Considerar a intervenção psicológica respeitando as particularidades e especificidades em emergências e desastres como estratégica é, portanto, estreitar laços de como, quando e onde essas intervenções ocorrerão e como podem ser evitadas.

Não podemos esquecer que as emergências climáticas são produto e processo contínuo da transformação, do crescimento da sociedade e de fatores sociais e ambientais ligados a maneiras de viver. Falar sobre bem-viver indígena é falar sobre demarcação de terras indígenas, para a garantia da sobrevivência não só dos povos indígenas, mas de toda a humanidade. Ao mesmo tempo que devemos defender a Amazônia,

precisamos lutar em defesa da vida das pessoas que dedicam seus corpos para sua proteção: os povos indígenas. Por isso, o compromisso da Psicologia com a situação climática global é tão importante, pois diz respeito à garantia dos direitos humanos, a garantia do mundo continuar existindo.

Quando citamos a defesa da Amazônia, não estamos falando da defesa de apenas um território indígena, mas de todas as terras indígenas que estão sendo dizimadas e tomadas pelo agronegócio.

Quando falamos em cuidado, seja físico, mental, espiritual, emocional ou territorial, estamos falando em valorização da vida e essa valorização vem por meio da construção, do tecer redes para a promoção do bem-viver.

Podemos refletir a partir das palavras de Yolanda Macuxi: “Lutar pela vida; pelo nosso mundo. O nosso mundo é diferente do mundo dos brancos. Nós nos conectamos com a natureza. Sabemos que há o espírito da mata, das águas, das serras. Esses espíritos estão no nosso meio e estão gritando e às vezes tiram a vida de um e de outro. Precisamos entender o que está acontecendo com o nosso mundo”. Ela diz que, para nós, povos indígenas, é da terra que provém tudo o que precisamos, mas devemos cuidá-la assim como nossos ancestrais a cuidaram para que todos, todas e todes possam viver bem.

A atuação da/o psicóloga/o em situações de risco e os entrecruzamentos nas relações étnico-raciais, de classe e de gênero

Conselheiras/os do CRPRS

Camila Dutra dos Santos | CRP 07/28426

Thaíse Mendes Farias | CRP 07/28216

Luis Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246

Estamos num cenário em que a ação humana tem propiciado diversas catástrofes. O aumento dos eventos climáticos, as pandemias e endemias, as guerras e outras situações têm se tornado notícia recorrente na mídia. O “novo normal” é o panorama no qual cotidianamente estamos expostas/os a riscos como perdas de vidas, infraestruturas, meios de sobrevivência. Já escutamos previsões nas quais o desafio de um futuro próximo será em torno de novos eventos sociais, como as situações de migração em massa devido às catástrofes climáticas.

Nesse cenário escatológico há o prenúncio de mudanças muito drásticas no modo de vida da humanidade, resultando no surgimento da Psicologia das Emergências e Desastres: uma área do conhecimento “psi” relativamente nova, cuja demanda por pesquisas e intervenções práticas, no entanto, mostra-se urgente. Aliás, talvez hoje seja preciso questionar se é possível haver qualquer Psicologia sem olharmos profundamente para as emergências e desastres, diante da informação de que 45% das mortes nos últimos 50 anos foram em contextos de eventos extremos (desastres) e 91% dessas perdas ocorreram em

países em desenvolvimento, como o Brasil, conforme relatório da Organização Meteorológica Mundial e do Escritório da ONU (<https://bit.ly/47szNQi>).

A atuação da Psicologia em casos de emergências e desastres busca abordar a subjetividade das pessoas, considerando o sofrimento psíquico que enfrentam diante de um desastre, fatalidade e/ou calamidade pública, sem desconsiderar o atravessamento do contexto político e social desses sujeitos e acontecimentos. Portanto, é de suma urgência assinalar que os desastres naturais afetam cada vez mais pessoas em todo o mundo, causando danos físicos, perdas materiais e imateriais, além de uma instabilidade econômica-social. Isso resulta em sofrimento psicológico, especialmente para aquelas/aqueles que já são vulnerabilizadas/os economicamente e socialmente, dentre outros cruzamentos, como a raça, a etnia e o gênero. Isso nos leva a considerar que em caso de desastres, as condições precárias de habitação, ou moradias em áreas de risco, comprometem de forma desproporcional as comunidades negras,





indígenas e periféricas e, sobretudo, afetam as mulheres em detrimento dos homens. Portanto, essas pessoas estão mais vulneráveis a viverem nessas áreas devido à segregação residencial, desigualdade econômica e discriminação étnico-racial. Fundamentalmente, em países como o Brasil, fruto do processo colonial que ainda se faz pungente contiguamente na atualidade, sobretudo, na exploração da terra, da natureza e da vida como um todo.

De tal modo, é fundamental que a Psicologia possa vir a atuar enquanto práxis a partir de uma abordagem ética-política-sensível e inclusiva no manejo de desastres, levando em consideração as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de classe. Isso envolve a implementação de políticas públicas que garantam o direito à moradia segura e digna para todas as comunidades, o combate ao racismo ambiental e a promoção da conscientização sobre as disparidades existentes, a fim de garantir uma resposta justa e equitativa em situações de desastre.

Portanto, o objetivo primário do atendimento psicológico nessas circunstâncias é o de contribuir para a satisfação das necessidades básicas das pessoas afetadas e a redução dos danos psíquicos e do estresse causado pelos desastres. Profissionais de Psicologia podem buscar ajudar as pessoas afetadas a tomarem decisões práticas para resolverem problemas urgentes, além de fornecerem apoio emocional e auxiliarem na busca por segurança e contato com familiares e amigas/os.

É importante ressaltar que, durante o atendimento, as/os profissionais de Psicologia devem sempre respeitar a ética do sigilo, garantindo a confidencialidade das informações compartilhadas pelas pessoas afetadas; o respeito às vivências e modos de existir frente à religiosidade, à finitude, aos ritos de passagem, bem como ao status econômico e social. Essas são características essenciais para o atendimento comprometido, ético e humanizado. Assim, ações outras, como preservar uma área de segurança, auxiliar no contato com entes queridas/os e verificar o estado delas/deles, são alguns dos exemplos de como as/os profissionais de Psicologia podem contribuir de forma prática e humanizada em situações de desastre.

Referências:

- BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.) Seminário Saúde da População Negra no Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.
- GÓMEZ, C. Saúde mental na gestão dos desastres: intervenção no cotidiano e nos eventos. In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras, 2006, Brasília. Anais... Brasília: Finatec/UNB, 2006.
- HEREDIA, A. M. Psicologia e emergências sociais: intervenções nos cotidianos e eventos. In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras, 2006, Brasília. Anais... Brasília: Finatec/UNB, 2006.

Por uma articulação coletiva, intersetorial e no território

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 exigiram uma organização local imediata da Psicologia. A psicóloga **Gisele Dhein** (CRP 07/15814), docente da Universidade do Vale do Taquari (Univates), em Lajeado, onde integra o Grupo de Saúde Coletiva, é mestra em Psicologia (PUCRS), doutora em Educação (UNISC) e tesoureira da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e contribuiu com essa articulação no território. Em entrevista para a Entrelinhas, Gisele ressalta a importância do trabalho coletivo e intersetorial nesse processo.

Qual o principal desafio para atuação da Psicologia em contextos de emergências climáticas?

Um grande desafio que enfrentamos é a prevenção. O Brasil, em geral, não tem uma cultura de prevenção, pois muitas vezes isso envolve investir em algo que pode nunca acontecer. No entanto, quando acontece, os danos são significativos. Assim, a Psicologia tem o desafio de pensar estratégias coletivas de prevenção. O clima e as catástrofes decorrentes dele nos convocam a ações interdisciplinares, sendo que em alguns campos da Psicologia esse processo ainda é muito incipiente. Há necessidade de percebermos que o ambiente também pode afetar nossa saúde mental.

Nesses contextos, qual a importância de a Psicologia realizar um trabalho intersetorial?

Vejo uma grande fragilidade da nossa profissão: trabalhar de forma intersetorial. Há uma dificuldade de trabalho com não psicólogas/os ou até mesmo com psicólogas/os que não são da mesma área.

Observamos que o próprio Estado, diante das últimas enchentes, iniciou o trabalho com ações isoladas, de diferentes áreas (saúde, assistência social, educação) e entidades (universidades, Médicos Sem Fronteiras, Força Nacional do SUS, Defesa Civil). Porém, percebeu-se que todos deveriam atuar de forma integrada. Um laudo da Defesa Civil, por exemplo, que mostra o risco de uma família continuar em sua casa, provoca tensão e adoecimento. A Psicologia precisa fazer parte dessa avaliação, precisa avaliar não somente os riscos psicossociais, mas também atentar aos riscos ambientais. Psicólogas/os que atuam em municípios que enfrentam situações de risco ambiental devem contribuir na construção de planos de contingência e participar desse trabalho para também compreender o que é um risco ambiental.

Existem áreas propensas a deslizamentos, a inundação ou riscos de incêndio devido à seca e isso também gera mortes e preocupações. Precisamos, então, comunicar esses riscos e educar a população para que as pessoas compreendam que talvez seja necessário, em determinado momento, evacuar suas



casas, por exemplo. No Vale do Taquari, algumas das mortes ocorreram porque as pessoas resistiram a deixar suas casas. Isso exige um trabalho de educação que vai além da conscientização; há elementos nesses comportamentos que, com certeza, a Psicologia tem a contribuir com as equipes interprofissionais, na busca de ações interdisciplinares.

Conte um pouco como foi esse trabalho interdisciplinar no Vale do Taquari?

A principal tarefa das equipes multidisciplinares é avaliar riscos, prevenir, identificar áreas seguras e preparar equipes. As intervenções iniciais se concentram mais na identificação coletiva, embora também considerem questões particulares. O trabalho mais individualizado começa em uma segunda etapa. Em situações de emergência, como a que vivemos, as primeiras semanas são de identificação mais coletiva, antes de passarmos para o trabalho mais individualizado. Isso exige uma mudança da compreensão de que a Psicologia pode ser praticada de diversas formas, não se restringindo apenas à

psicoterapia. Temos um imaginário social sobre o fazer da profissão que ainda é muito do indivíduo para o indivíduo. Há outras formas de se fazer Psicologia.

Como vem sendo a organização do trabalho das políticas públicas após as enchentes que atingiram o Vale do Taquari?

Com relação ao eixo psicossocial, em que estão profissionais da saúde, temos trabalhado com pessoas de referências do Estado para cada município, profissionais que têm feito esse acompanhamento semanalmente. Esse eixo é composto por representantes do Estado, pelo Centro Regional de Saúde do Trabalhador (Cerest), pelos Médicos Sem Fronteiras (até final de novembro, pela Força Nacional do SUS que esteve no primeiro mês) e pela Universidade do Vale do Taquari (Univates), que é demandada quando necessário. A Univates tem uma relação muito forte com o território, o que foi fundamental para atuar nas questões relacionadas às emergências no Vale.

É importante ressaltar que essa organização pós-enchente tem sido distinta em cada município. Percebemos uma diferença na recuperação da saúde mental da população nos locais em que as equipes de saúde permaneceram em seus territórios de origem das que foram desalojadas devido à destruição das unidades de saúde. A intervenção e a ação acontecem de formas diferentes em cada um desses casos.

Cabe destacar que as escolas vêm desempenhando um papel importante nisso, pois a rotina é uma estratégia para crianças e adolescentes lidarem com a situação. A relação com a família e a comunidade ajuda a ressignificar o processo. A segunda etapa se concentrará nas pessoas que já tinham questões de saúde mental anteriormente. As equipes acompanharão essas situações mais a longo prazo, pois alguns problemas podem se agravar. A atuação em território é essencial, e agentes comunitários/os de saúde têm desempenhado um papel fundamental nisso. A 16^a Coordenadoria de Saúde tem compartilhado suas experiências, ajudando a redesenhar a rede de atenção à saúde e a entrada da Psicologia nesses cenários. No entanto, cada município tem autonomia para organizar esse trabalho.

Qual foi o grande desafio na administração da equipe de voluntárias/os que atuaram no Vale do Taquari?

O grande desafio é entender que essa emergência é um problema que precisa ser administrado pelas políticas públicas e pelo Estado. Observamos muita dificuldade de algumas/alguns voluntárias/os de saber que numa crise também existe uma gestão; há pessoas de referência coordenando todos os trabalhos, seja limpar as casas, distribuir comida ou roupa. Como teremos outras catástrofes climáticas, precisaremos muito do trabalho voluntário e temos que educar a população para isso. Há critérios e uma gestão desses processos, que precisam ser respeitados.

O que ficou de aprendizado?

Aprendemos demais nos últimos meses com a dor. Percebemos que pela frente não temos apenas desafios ambientais, mas também desafios comportamentais e políticos que precisam ser abordados de maneira interdisciplinar. A Psicologia precisa se envolver nesses cenários de emergências e desastres, compreendendo aspectos ambientais, sociais e políticos. Precisamos seguir discutindo como nossas cidades estão se organizando e como a Psicologia pode se envolver nesse desafio.



Qual a importância de os cursos de graduação em Psicologia trabalharem na formação de profissionais para atuarem em emergências e desastres?

Acredito que a Psicologia não está prestando a devida atenção à formação para atuação nesses contextos, especialmente ao trabalho de prevenção e gestão, tão necessários. Temos profissionais com uma boa formação, principalmente no âmbito do que podemos chamar de “saúde secundária”, ou seja, para agir quando o problema já está instalado e o processo de adoecimento já começou. Focamos muito, ainda, no trabalho clínico tradicional de psicoterapia e há uma grande disposição de voluntárias/os para isso, com práticas voltadas para atuação privada e para o atendimento individual.

Quando pensamos na atuação da Psicologia em eventos ambientais e climáticos, temos que repensar o processo formativo, olhar quais habilidades e competências precisamos desenvolver mais. Temos que pensar em conteúdos interdisciplinares, já que o evento climático não é algo isolado, e precisamos contar com o conhecimento de outras áreas. Trabalhar com prevenção, diagnóstico e gestão no contexto em que futuras/os psicólogas/os irão atuar.

De que formas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia aprovadas recentemente poderão contribuir para essa mudança na formação de novas/os profissionais?

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais nos mostram que precisamos repensar alguns aspectos da formação. Cada vez mais, o projeto de formação de cada universidade precisa estar vinculado com a região em que está inserida. A formação da Universidade do Vale do Taquari, por exemplo, precisa estar voltada para a questão ambiental, rural e migrações. Pensar na realidade geográfica, cultural e social.

Há a necessidade de incluir abordagens também sócio-culturais e não somente biomédicas nos currículos. Precisamos olhar para o contexto social. Acredito que a formação deve ser voltada para os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), valorizando o trabalho em rede e intersetorial. O sujeito que está

preparado para trabalhar na lógica do SUS está apto para trabalhar em qualquer ação. Isso não quer dizer que, se formamos para o SUS, a/o psicóloga/o terá que atuar nas políticas públicas. Acredito que estará mais preparada/o para atuar em diversos contextos: organização, escola, comunidade ou até mesmo no consultório. Outro ponto que precisa estar presente nos currículos é a gestão do cuidado em saúde.

Observamos isso na prática aqui durante as enchentes. Os municípios que têm esse “saber do SUS” mais internalizados conseguiram responder à crise de forma mais rápida, reorganizando suas equipes, realizando diagnósticos de território, informando as áreas e famílias atingidas.

Como se organiza o trabalho no CRPRS?

Em **1971**, pela Lei n.º 5.766, foram criados os Conselhos de Psicologia, autarquias federais. Há quase 50 anos, em 1974, foram instalados os primeiros sete CRPs, entre eles o CRP 07, com jurisdição sobre os estados do Rio Grande do Sul, Paraná (hoje CRP 08) e Santa Catarina (hoje CRP 12).

As principais funções do Conselho Regional de Psicologia são:

- Orientar e fiscalizar os profissionais em seu trabalho como psicólogos/os.
- Regulamentar a profissão por meio de resoluções que instituem regras de conduta profissional em consonância com o Código de Ética Profissional.
- Funcionar como tribunais de ética, processando e julgando o exercício profissional.

Atualmente, o Sistema Conselhos de Psicologia é composto por **24 Conselhos Regionais + Conselho Federal**.

Ao encerrar 2023, temos cerca de **30,2 mil** psicólogas/os inscritas/os e ativas/os.

A estrutura física do CRPRS conta com **uma Sede** (Porto Alegre) e **três sedes** (Sul - Pelotas, Serra - Caxias do Sul e Centro-Oeste - Santa Maria).

São **40** funcionárias/os concursadas/os e **oito** estagiárias/os dedicadas/os ao atendimento da categoria, divididos em três áreas: Técnica, Administrativa e Comunicação.

A gestão do CRPRS é feita por **30 psicólogas/os conselheiras/os** que, a cada três anos, se unem na composição de uma chapa e são eleitas/os pela própria categoria para atuar na defesa da profissão de forma voluntária/honorífica.

No CRPRS a **atual gestão é da Frente em Defesa da Psicologia RS (2022-2025)**.

Todo trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia é pautado pelas deliberações aprovadas no **Congresso Nacional da Psicologia (CNP)** e suas etapas preparatórias, como os Congressos Regionais e Pré-Congressos, espaços importantes para a participação democrática de toda categoria e definição de prioridades da profissão. O próximo CNP acontecerá em **2025**.

O trabalho do CRPRS é **viabilizado pelo pagamento de taxas e anuidades**. Apesar de desempenharem funções públicas, os Conselhos não recebem recursos da União. A anuidade é um tributo que tem de ser pago por quem escolheu exercer uma profissão regulamentada.

Para além de imaginários apocalípticos: a Psicologia frente à emergência climática

“As problemáticas mais diretas, vinculadas aos corpos que sentem a crise antes, demandam escuta acima de tudo. Uma escuta que deve ser capaz de compreender que esses não são eventos isolados, um trauma individual que afetará uma ou outra pessoa mais frágil psicologicamente.”

Nina de Freitas Xavier Reckziegel | CRP 07/39537

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ativista do movimento Eco Pelo Clima e psicóloga voluntária da equipe do Ambulatório Melanie Klein do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP).



O mês de setembro de 2023 ficará anotado como o mês mais quente já registrado na história da humanidade. No Rio Grande do Sul, o inverno deste ano foi marcado pela destruição no Vale do Taquari e de outras regiões ribeirinhas do Estado. Enquanto gaúchas/os são castigadas/os por chuvas que fazem rios carregarem para longe casas, lavouras e vidas - e com elas suas histórias - no norte do país, o maior corpo de água doce do mundo, o rio Amazonas, seca. Fatos como esses compõem o que chamamos de emergência climática e constituem-se como eventos entrelaçados, que se motivam e se agravam mutuamente, num efeito cascata. Como em um jogo de dominó, cada um dos desastres ecológicos é uma peça que derruba a outra, formando, em sua totalidade, a enlouquecedora imagem do fim do mundo. Trata-se de uma narrativa distópica, que perde o estatuto de representação e se torna futuro calculado. Quando a ciência apresenta o destino, surge a pergunta: o que fazer? Para dar conta da questão existencial aterradora, os sujeitos lançam mão de imaginários apocalípticos, buscando conceber o fato do fim coletivo psicologicamente. Ao falar de colapso climático, estamos falando de algo muito maior do que a nossa capacidade cognitiva e emocional de compreender e elaborar.

A mutação climática apresenta-se na forma de traumas sociais que deveriam nos convocar a todas/os, indivíduos e coletividade, cidadania, empresas e Estado, para que se repense profundamente a relação da humanidade com o ambiente. São traumas que vêm para romper o próprio tecido que recobre a inação, escancarando que o que vem sendo dito há décadas por cientistas e ativistas (e há séculos por povos tradicionais e originários), um anúncio que vem sendo ignorado, como um problema menor, a ser administrado depois. Dessa forma, o papel da Psicologia nessa reconfiguração de forças pode ser crucial. Entende-se a Psicologia como dispositivo para potencializar a vida, uma ferramenta que deveria escutar e pensar essa problemática para além do corpo. As problemáticas mais diretas, vinculadas aos corpos que sentem a crise antes, demandam escuta acima de tudo. Uma escuta que deve ser capaz de compreender que esses não são eventos isolados, um trauma individual que afetará uma ou outra pessoa mais frágil psiquicamente. Devemos reconhecer que vivemos em um mundo marcado por múltiplas catástrofes ambientais e que não existe solução imediata, nem medidas de

reversão possíveis, muito menos de âmbito estritamente individual, para enfrentar os complexos problemas postos. É necessário que as pessoas - e aí se incluem as nações e suas organizações econômicas e políticas - modifiquem substancialmente suas relações com a terra. Porém, não cabe à Psicologia esperar que os desastres ocorram para então escutar os traumas. É fundamental que ela abra espaços de escuta e que possibilite que a manifestação dessa angústia se transforme em demanda efetiva de transformação, de possibilidade de movimento, saindo da paralisia e abrindo a possibilidade de imaginar um futuro que não seja o apocalipse.

Os acontecimentos que se agravam a cada ano traçam em nosso futuro os contornos daquilo que forma a imagem do fim dos tempos, e tal imagem vem para encerrar as possibilidades de imaginar outras formas de viver. São imaginários apocalípticos, frente aos quais a angústia parece ser inevitável, e costuma surgir de forma paralisante.

O trabalho de conclusão de curso 'Para além de imaginários apocalípticos: a Psicologia frente à emergência climática' tenta trazer à tona o questionamento sobre o que é o fim, ou melhor, elucidar do fim de qual mundo falamos quando nos referimos à iminência da crise climática. Afinal, para muitos povos, diversas culturas indígenas, moradores de regiões destruídas por alagamentos, por rompimento de barragens, o fim de seus mundos já chegou, e, mesmo assim, coube às/aos sobreviventes reinventarem formas de enfrentamento e busca de caminhos de continuidade e resistência. Nas palavras de Donna Haraway, é preciso viver com o horror e a alegria, e é com essa lógica dialética que será possível inventar outro futuro em meio à catástrofe.

Saiba mais:

'Para além de imaginários apocalípticos: a Psicologia frente às demandas da emergência climática' é o título do trabalho de conclusão de curso de Nina de Freitas Xavier Reckziegel na UFRGS, orientado por Inês Hennigen.

- Acesse a íntegra em <http://hdl.handle.net/10183/262551>.



Ocupar: mulheres, terra e luta

Silvana Ribeiro | CRESS/RS-14213

Assistente social, doutoranda em Psicologia Social (UFRGS), docente no curso de Psicologia da Atividade Educação e integrante da coordenação do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta.

“A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte.” É com este trecho da canção ‘Música e trabalho: Comida’, na voz de Elza Soares, que encerramos o documentário ‘Ocupar: mulheres, terra e luta’, lançado em outubro. Esta produção artesanal retrata algumas das experiências vivenciadas por moradoras de Ocupações Urbanas de Passo Fundo, uma cidade que

contempla mais de 100 ocupações, que ultrapassam 14 mil habitantes (BORGES, 2023).

Quais são os desafios e sonhos dessas moradoras? Que cidades elas desejam? O que pensam sobre as ocupações urbanas? O que elas desejam dizer para a sociedade? Narrativas como “a gente quer ter direito de tomar um banho quente” até “queremos que nos vejam como trabalhadoras e não como vagabundas que não querem trabalhar, visto que ocupar significa não ter outra possibilidade” são trechos que respondem às questões mencionadas. Este documentário, ao fortalecer espaços de fala para mulheres moradoras das ocupações, desafia as políticas públicas e as diversas profissões a repensar seu papel ético-político de atuação na sociedade.

Saiba mais em [instagram.com/ocupar.pf](https://www.instagram.com/ocupar.pf).

Coreografias do Impossível

Vinicius Cardoso Pasqualin (CRP 07/22901)
Psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional e doutorando em Educação (UFRGS), colaborador da Comissão de Educação do CRPRS.

A proposta da 35ª Bienal de São Paulo, realizada até 10/12, teve como tema ‘Coreografias do Impossível’ e explorou a ideia de como corpos em movimento podem coreografar o possível dentro do impossível. A equipe curatorial foi composta por Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel e a abordagem foi horizontal e colaborativa, em vez de ter um curador-chefe.

A ênfase estava na experiência coletiva e na ideia de que as/os visitantes, assim como a curadoria, são parte integrante da coreografia da Bienal. Essa edição representou uma abordagem inovadora, desafiando as estruturas tradicionais de curadoria e exposição de arte, e buscou criar um espaço de experimentação e reflexão sobre as possibilidades dentro do impossível.

A Bienal nos ajudou a pensar uma Psicologia que emerge da arte, dos movimentos coletivos enunciados de vários corpos e suas marcas. Pensar o possível no impossível é o que convoca a Psicologia hoje. Isso significa reafirmar o compromisso ético-político da Psicologia, atualizando-se e posicionando-se para uma ética mais igualitária e por abordagens terapêuticas menos hierárquicas. Também pode ser vista como uma forma de “coreografar o impossível”. Encontrar



maneiras de coreografar soluções e transformações em suas vidas com a abordagem espiralada ao tempo, a Bienal pode ser vista como uma metáfora para a complexidade da experiência humana e das mudanças ao longo do tempo.

Na experiência de quem visitou a exposição, elenco alguns motes que me fizeram repensar minhas práticas e pensamentos, sendo: o desafio de normas e estruturas, mudança e transformação nas vidas, inclusão e diversidade, tempo e experiência.

Fica o convite para conhecer mais os artistas que fizeram parte dessa Bienal e abrir-se para o sensível nesse contexto neoliberal brasileiro que funciona perfeitamente para que desencontros aconteçam, que produz fracasso escolar e que tem produzido uma demanda por saúde mental medicalizadora, patologizadora, manicomial, racista, lgbtfóbica e, principalmente, que desrespeita a terra.

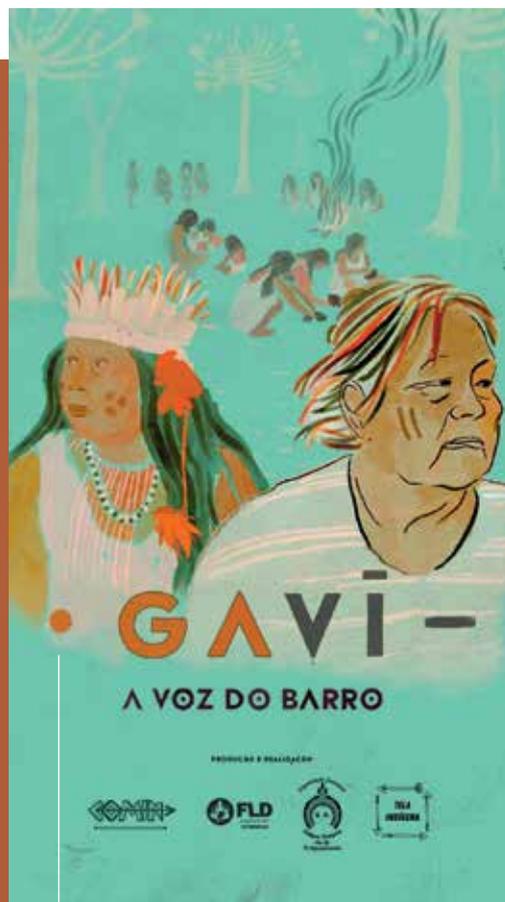
Para sentir-pensar territórios indígenas

Gabriela Zuchetto | CRP 07/22136

Psicóloga, especialista em Saúde Mental Coletiva e Gestão de Políticas em Saúde com ênfase em Equidades em saúde. Psicóloga na Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) – Polo Base Porto Alegre, membro colaboradora na Comissão de Direitos Humanos do CRPRS.

Na atualidade podemos ter acesso a importantes produções audiovisuais como forma de contar outras histórias e tentar romper com o perigo de uma história única, conforme nos ensina Chimamanda Adichie. Devemos reconhecer que há 523 anos os povos originários enfrentam uma guerra por território, mas também de resistência para fortalecer seu modo de ser diante do projeto colonial. Ao acompanharmos o retorno da discussão sobre a tese do Marco Temporal no STF e Congresso Nacional é importante tentarmos compreender a dimensão da ameaça que essa tese representa aos mais de 300 povos originários existentes no Brasil.

Indico dois filmes de curta-metragem, produzidos por Guarani Mbya e Kaingang. Ambos evidenciam maneiras próprias de transmissão do conhecimento entre gerações, nas quais a terra aparece como meio e não como fim para produção da vida. As formas, imagens e sons nos transmitem de modo sensível os conhecimentos desses povos, que trazem sua indissociabilidade corpo-território e suas formas não hegemônicas de relação com a terra, transcendendo a lógica de demarcação. Como profissionais e estudantes da Psicologia devemos atentar ao que essa relação com o território implica em deslocamentos da nossa escuta que, historicamente, se encontra ancorada em teorias e práticas que dissociam corpo e mente, humano e natureza.



- 'GaVi: a voz do barro': <https://bit.ly/3QzGcTm>
- 'Avaxi Ete'í': <https://bit.ly/3QF5jEC>

'GaVi' (2022) é um filme de animação narrado por mulheres, que nos transmite uma tradição Kaingang - o feitiço de artefatos a partir do barro e do fogo. 'Avaxi Ete'í' (2018) acompanha todo o processo de uma roça Guarani Mbya: o cultivo, a colheita e a ritualidade. Aparecem os diferentes significados do milho: da alimentação às suas representações divinas. Guarani Mbya e Kaingang são as duas etnias presentes hoje, em maior número populacional, no RS.

Desejo que essas indicações cheguem como um convite à escuta destes povos tão próximos e tão distantes de nós, juruás e fôgs (pessoas brancas nas línguas Guarani Mbya e Kaingang, respectivamente).

Uma Psicologia aliada às populações vulnerabilizadas

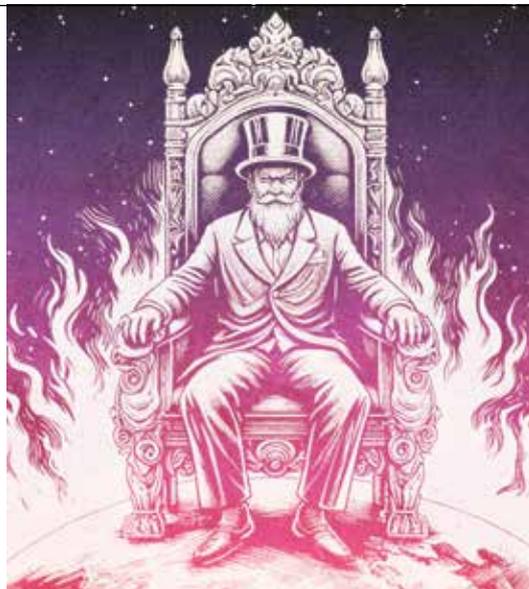
Leonardo de Oliveira | CRP 07/35302

Psicólogo clínico e social (UNISC), mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, onde pesquisa população de rua e arte. Trabalha como educador social em oficinas de expressão, poesia e criatividade e na produção de eventos culturais em territórios em disputa. É também escritor e músico, com dois livros publicados e diversos trabalhos fonográficos.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 6º, ao explicitar as garantias básicas à dignidade humana, traz como fundamental o direito à moradia, e como decorrência disso, a obrigação do Estado de formular políticas públicas que assegurem esse direito fundamental. Muitas coisas mudaram desde 1988, e outras permanecem inalteradas, ainda mais acentuadas, como a necessidade de reformas urbanas e agrárias em um país assentado na desigualdade social e concentração de riquezas, bens e propriedades.

Nesse contexto, mesmo que na contínua tentativa de criminalização da qual são alvos, os movimentos sociais aparecem como uma frente de enfrentamento à precarização das relações de trabalho e direitos e à sanha neoliberal de tomada dos espaços públicos e urbanos a partir da especulação imobiliária e da privatização desenfreada. A lógica neoliberal e a ideia de livre mercado estão centradas discursivamente nos indivíduos, que possuem toda e qualquer agência possível de sucesso ou fracasso nas diferentes esferas de sua vida, inclusive na questão de habitação e moradia, justificando isso a partir da meritocracia.

Essa individualização da vida política também opera em questões da própria saúde mental, e um certo tipo de Psicologia pode facilmente corroborar este discurso ao ignorar os atravessamentos políticos e sócio-históricos que produzem a vulnerabilidade social, a desigualdade e o sofrimento psíquico, dentro de uma assepsia dos sujeitos, tratados preferencialmente entre quatro



paredes e em esfera íntima, apenas. Não que a clínica não seja possível e não seja importante, pelo contrário, mas para que ela seja, de fato, ética e produtora de saúde, não pode reduzir-se ao indivíduo e, por isso, a importância dos movimentos sociais e espaços coletivos compartilhados: espaços de luta e resistência são espaços políticos de saúde mental também.

Uma Psicologia aliada às populações vulnerabilizadas, que são as mais impactadas pela degradação e pelo racismo ambiental e pelos efeitos das políticas urbanas privatistas e da especulação imobiliária, é necessariamente uma Psicologia que se coloca com o corpo e com um olhar complexo, localizado e implicado com os movimentos sociais e atenta aos direitos humanos e sua garantia. Saúde mental nunca anda descolada da política e da garantia de direitos, assim como a subjetividade, os espaços sociais e o meio ambiente. E esse deve ser o olhar também da Psicologia, principalmente no que tange ao enfrentamento dos desafios da crise climática e seus efeitos nas lutas por moradia.

A prestação de serviços de

Área Técnica do CRPRS

Antonietta Martins Lopes Bridi | CRP 07/23600)

Geovana da Silva Ferreira | CRP 07/26815)

Kwala Machado da Rosa | CRP 07/20143)

Lúcio Fernando Garcia | CRP 07/8011)

Nos últimos anos, acompanhamos um aumento no número de pessoas jurídicas que realizam a prestação de serviços de Psicologia. Tal aumento pode ser relacionado com diversos fatores, dentre eles as mudanças no mercado de trabalho, em que algumas instituições optam por terceirizar as atividades de Psicologia como alternativa à contratação de psicólogos/os como pessoas físicas, assim como as exigências de Operadoras de Planos de Saúde, que, muitas vezes, realizam credenciamento somente por meio de CNPJ. Diante dessa realidade, são frequentes as dúvidas de profissionais com relação à constituição de uma pessoa jurídica, e a obrigatoriedade da sua inscrição no CRP.

A constituição de uma pessoa jurídica por psicólogos/os deve partir de uma avaliação profissional, que leve em consideração a relação custo *versus* benefício diante da demanda que pretende atender. Orienta-se que, para refletir sobre suas possibilidades, a/o psicólogo/a busque profissional de Contabilidade de sua confiança, uma vez que demandará a análise de questões tributárias e legais que ultrapassam a legislação profissional da Psicologia.

Para a atuação como profissional autônoma/o, ou seja, sem a constituição de pessoa jurídica, de posse do registro como pessoa física no CRP, a/o psicólogo/a

deve procurar a prefeitura de sua cidade e informar-se sobre a documentação e os procedimentos necessários para obtenção de alvarás de localização e de saúde, bem como para providenciar sua inscrição municipal como profissional autônoma/o. Cabe destacar que nesta forma de atuação a/o psicólogo/a não poderá utilizar nome fantasia, sua divulgação profissional deverá ser identificada a partir de seu nome completo, junto a seu número de registro no CRP, em conformidade com o artigo 20 do Código de Ética Profissional (Resolução CFP n.º 10/2005). A utilização de nome fantasia é prerrogativa de pessoa jurídica, exigindo, assim, a formalização da personalidade por meio de CNPJ.

Caso opte por constituir uma pessoa jurídica para a prestação de serviços de Psicologia, é obrigatória sua inscrição junto ao CRP, em conformidade com a Resolução CFP n.º 16/2019, normativa que atualmente regulamenta as inscrições de pessoas jurídicas. A obrigatoriedade da inscrição também está prevista na Lei Federal n.º 6.839/1980. A inscrição neste CRP deverá ser providenciada ainda que a/o proprietária/o da pessoa jurídica seja de outra profissão, uma vez que a obrigatoriedade está no fato de haver prestação de serviços psicológicos a terceiros. Em caso de a/o profissional autônoma/o vincular-se a uma pessoa jurídica já constituída, deve verificar se ela possui inscrição no CRP, para não incorrer no erro de associar-se a um estabelecimento em situação irregular frente à profissão.

Para a inscrição da pessoa jurídica, sua/seu representante legal deverá encaminhar requerimento ao CRP, junto com toda a documentação exigida por nossa legislação, e somente poderá iniciar as atividades após o deferimento da inscrição. Outra dúvida frequente é referente ao pagamento de

Psicologia por Pessoa Jurídica

anuidade da pessoa jurídica. Cabe ressaltar que as inscrições de pessoa física e pessoa jurídica são distintas, sendo que as cobranças de taxas e anuidades são independentes. Conforme a Resolução do CFP n.º 16/2019, somente ficará isenta de anuidade a pessoa jurídica que estiver constituída por única/o sócia/o que seja psicóloga/o, ou seja, outras modalidades

de pessoas jurídicas ficam obrigadas a recolher uma anuidade a cada exercício.

Orienta-se que as/os psicólogas/os se apropriem do conteúdo integral da Resolução do CFP n.º 16/2019 e, em restando dúvidas, entrem em contato com a área técnica do CRP.



Referências:

- Resolução CFP n.º 16/2019: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-16-2019-dispoe-sobre-o-registro-e-cadastro-de-pessoas-juridicas?origin=instituicao&q=16>
- Nota Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf
- Guia de Orientação Psicologia e Saúde Suplementar: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/GuiaSuplementar_web.pdf

Atuação na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa criada em 2006 e que tem como escopo qualificar a atuação profissional num cenário da inserção de psicólogas/os nas políticas públicas brasileiras. No último ano, o CREPOP foi instituído como setor permanente do Sistema Conselhos de Psicologia, fato que possibilita autonomia ao Conselho Regional Local para a realização de pesquisas no âmbito municipal, além das pesquisas anuais deliberadas pelo CFP. Todo trabalho realizado anteriormente pelo Sistema Conselhos de Psicologia no campo da gestão integral de riscos, emergências e desastres é levado em consideração na construção da Referência Técnica. A importância do conhecimento e desenvolvimento de ações preventivas, além de uma seção adicional sobre o contexto da pandemia, são contemplados no texto.

Na Referência Técnica para a atuação de psicólogas/os na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres é oferecido suporte teórico e técnico às/ aos profissionais implicados na área. Para isto, foi realizada uma retomada histórica da compreensão do que são desastres, como a Psicologia foi adentrando o campo de Emergências e Desastres explorando algumas especificidades do tema em questão. Além disso, considera-se também as situações de epidemias e cuidados específicos com relação a pessoas refugiadas. Desta forma, a edição se constitui como um subsídio político no que se refere à atuação de psicólogas/os engajadas/os na Psicologia na Gestão de Riscos, onde atuam e demais complexidades das suas práticas.

Visando a elaboração de um material educativo, a Referência Técnica foi subdividida em três grandes eixos. O primeiro considera uma dimensão ético-política de extrema relevância no tema, levando em consideração uma perspectiva fundamentada historicamente, de modo a compreender a relação da Psicologia e seu compromisso social em contextos

de Riscos, Emergências e Desastres. O segundo eixo aborda as contribuições das áreas da Psicologia Social e Ambiental e as políticas públicas desenvolvidas neste cenário de atuação. Já o terceiro eixo discorre sobre as diversas formas de atuação da/o psicóloga/o nas cinco diferentes fases dos desastres: prevenção, preparação, mitigação, resposta e reconstrução.

De acordo com a Referência: “desastre é uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade causando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos”. No Brasil, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Instrução Normativa n. 02, de 20 de dezembro de 2016, define desastre como resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto à ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (BRASIL, 2016).

Ao longo dos anos, vários Centros de Estudos e Pesquisas em Desastres foram criados com o objetivo de ampliar pesquisas sobre o tema nas diferentes regiões do Brasil. A primeira nota técnica sobre o assunto foi publicada em maio de 2013. Tendo em vista a emergência climática cada vez mais intensa em nosso planeta, as situações de emergências e desastres tendem a aumentar e abranger novas regiões.

Luis Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246
Conselheiro referência do CREPOP/RS.

Jéssica Prudente | CRP 07/19326
Conselheira referência do CREPOP/RS.

Gabriel Alves Godoi | CRP 07/28161
Assessor técnico de políticas públicas do CREPOP/RS.

Jéssica Helena Erguy Carrabba
Estagiária, acadêmica de Psicologia.

Agenda da Psicologia

DBT Standard

19 e 20/01/2024

Porto Alegre/RS

🌐 cefipoa.com.br/br/dbt-standard

☎ (51) 9859-9051

✉ comunicacao@cefipoa.com.br

🌐 nucleomedicopsicologico.com.br

☎ (51) 99964-4919

✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

DBT Avançado

19 e 20/01/2024

Porto Alegre/RS

🌐 cefipoa.com.br/br/dbt-standard

☎ (51) 9859-9051

✉ comunicacao@cefipoa.com.br

Curso Avaliação Psicológica Organizacional - EAD

Curso Gravado

On-line

🌐 nucleomedicopsicologico.com.br

☎ (51) 99964-4919

✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

2ª Jornada Intensiva de Testes Psicológicos

08/01 a 27/09/2024 - Toda segunda e terça-feira das 19h às 21h15

Porto Alegre/RS

Especialização em Psicologia Escolar e Educacional

08/02/2024

On-line

🌐 caepsi.com.br/pos-ead

☎ (51) 3516-5681

✉ cape@caepsi.com.br

Gira Psi

Em comemoração aos 50 anos do CRPRS e com o objetivo de orientar e mobilizar a categoria, profissionais e estudantes de Psicologia, o Conselho promoverá durante 2024 o projeto Gira Psi – 50 anos. Serão organizados 15 eventos, descentralizados, com oferta de ações de orientação com pautas técnicas e transversais, fiscalização, divulgação do mapeamento, renegociação e incentivo à confecção da nova Carteira de Identidade Profissional (CIP).



Confira a agenda e participe!

Capão da Canoa.....	26 e 27/01/2024
Camaquã.....	23 e 24/02/2024
Três Passos.....	22 e 23/03/2024
Caxias do Sul.....	12 e 13/04/2024
Cachoeira do Sul.....	10 e 11/05/2024
Pelotas.....	21 e 22/06/2024
Cruz Alta.....	12 e 13/07/2024
Passo Fundo.....	23 e 24/08/2024
Santa Maria.....	27 e 28/09/2024
Santa Cruz do Sul.....	25 e 26/10/2024
Lajeado.....	08 e 09/11/2024
Lagoa Vermelha / Erechim.....	06 e 07/12/2024

Lembrando que as datas aqui divulgadas estão sujeitas a alterações.

- Saiba mais em crprs.org.br/girapsi.



VAMOS (RE)CONHECER A NOSSA CATEGORIA?

**MAPEA
MENTO** 
PSI/RJ

O CRPRS está mapeando quem são
as pessoas que atuam com
Psicologia no Rio Grande do Sul.
Acesse crprs.org.br/mapeamentopsirs
e saiba mais.



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> CEP	
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N° INDICADO	____/____/____
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	____/____/____
		RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970

